

## **Família, conjugalidade e (homo) parentalidade entre mulheres: Um estudo de caso no cariri cearense.**

Josyanne Gomes Alencar  
Mestranda em Antropologia Social na  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
alencarciso2012@bol.com.br

### **RESUMO**

Este artigo é um aparte da minha pesquisa de monografia desenvolvida no âmbito da graduação em Ciências Sociais. Assim, esse trabalho foca as negociações estabelecidas e gerenciadas a partir da união entre duas mulheres no Cariri Cearense. Essas mulheres narram suas investidas, (des)encontros, conflitos, sonhos e projetos frente a possíveis construções da categoria semântica e política “Família”. Para entender como se articulam noções de: família, conjugalidade e (homo) parentalidade o trabalho apresenta acontecimentos anteriores ao processo de união familiar aqui narrado. O estudo baseou-se em etnografia e histórias de vida, esta última, concebida como uma denominação genérica congrega uma variabilidade de abordagens que investigam a construção de sentidos culturais e processos sociais, com base em depoimentos pessoais sobre trajetórias individuais. Paralelamente, o trabalho reflete sobre o lugar socialmente situado a partir do qual foi construída a abordagem etnográfica que o orienta. Traz contribuições a partir da análise de um caso particular, para a produção científica que já existe na área dos estudos antropológicos sobre família, sexualidade e parentalidade.

**Palavras-chave:** Etnografia; Família; História de vida.

### **Introdução**

Por volta dos anos 1990, a França dava um passo importante na história de lutas e debates acadêmicos em torno de movimentos sociais em defesa dos direitos de pessoas homossexuais, com a aprovação legal, no final dos anos 90, do PACS (Pacto Civil de Conjugalidade e Solidariedade), que reconhecia as uniões entre pes-

soas do mesmo sexo<sup>1</sup>. No Brasil, na mesma década, um projeto similar de lei de união civil homossexual – elaborado por Marta Suplicy, na legislatura de 95/98, também estava em trâmite na Câmara dos Deputados. Em 2015<sup>2</sup>, praticamente 20 anos depois dessa iniciativa, é possível observarmos a articulação entre discussão teórica e política sobre o campo de pesquisas referentes a pessoas não heterossexuais, que vem ganhando cada vez mais visibilidade através de trabalhos acadêmicos<sup>3</sup> e movimentos sociais<sup>4</sup>. Sobretudo, com a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, da união estável entre pessoas do mesmo sexo, em 05 de maio de 2011. Esses acontecimentos fazem parte do cenário cultural em que está situada a pesquisa que deu origem a este artigo, na qual explorei histórias de vida e histórias de família de duas ativistas de movimentos sociais que aceitaram contribuir com este trabalho. Pretendo focar nas negociações estabelecidas e gerenciadas a partir da união entre Laura e Virgínia, mulheres que narram suas investidas, (des)encontros, conflitos, sonhos e projetos frente às possíveis construções da categoria semântica e política – “Família”.

Neste sentido, este trabalho visa compreender a dinâmica familiar formada por um casal de mulheres em circulação no Cariri Cearense. Com isto, busco realizar uma reflexão sobre como a conjugalidade articulada em uma parceria homoafetiva se conecta ao desejo da maternidade – projeto que visibiliza uma relação já existente e legitimada perante a atuação política em vigor das duas. Para compor as análises necessárias à elaboração e escrita deste texto, foram realizadas várias seções de entrevistas, perfazendo um ano de pesquisa de campo, além de orientações no processo de elaboração dos relatos produzidos com a colaboração de Laura e Virgínia.

Sendo assim, este trabalho pretende esboçar apenas uma parte das preocupações políticas e acadêmicas cultivadas, respectivamente, por minhas interlocutoras e por pesquisadores das Ciências Sociais. O esforço em construir um texto que aborde modos de *representação* da vida não dá conta nem jamais poderá dizer o que é a vida ‘em si’ – contudo, quiçá, tenta cumprir com o papel de retratar as vivências presenciadas em campo e materializá-las por meio da escrita. Ou seja, realizar o tão sonhado milagre de bastidores, como nos fala tão bem Clifford Geertz, em: *Obras & Vidas – O Antropólogo Como Autor* (2009:15). Desejo ressaltar que o conhecimento é necessariamente limitado. Ou, como Laura mostrou-me uma vez, usando uma garrafa pet de dois litros: - “Tá vendo isso aqui? [apontando para o gargalo da garrafa] - isso é o que a gente estuda. E todo o resto da garrafa é como as informações do mundo, a gente tem que

saber selecionar, senão fica doida com tanta coisa para ler” (notas do diário de campo).

No dia 20 de maio de 2015, conheci Virgínia. Aliás, na verdade nos reencontramos: eu já havia sido apresentada a ela no dia 15 do mesmo mês e ano, em um evento acadêmico<sup>5</sup>. Contudo, foi somente em 20/05/2015, em um seminário intitulado: GÊNERO, MULHER E VIOLÊNCIA: Lutas e Resistências no Cariri Cearense<sup>6</sup>, que trocamos contato e passei a conceber a real possibilidade de construirmos juntas – Virgínia, sua companheira Laura e eu – *nossa*<sup>7</sup> pesquisa. Clifford (1998, p.21), sobre a autoridade etnográfica, apresenta a construção de uma etnografia pausada nas observações e análises que fazemos do campo de pesquisa. Para que isso aconteça é necessário imbuir-se e compactuar de um código que vigore entre os ‘nativos’ a fim de que seja possível a tradução da experiência para a forma textual.

O que acontece é que na maioria das vezes a experiência de campo está marcada por subjetividade, aprendizados mútuos, trocas e situações que nos desafiam (Coelho, 2013) escapando algumas vezes ao alcance de nossas mãos (escrita), na hora de fazer a dosagem adequada para que a etnografia se materialize através do tão sonhado milagre de bastidores. “Desta forma, é muito difícil conseguir muitas histórias de vida que forneçam base empírica suficientemente larga para se chegar a algum grau de certeza, a não ser por meio de uma pesquisa que demore vários anos” (QUEIROZ, 1998, p.12).

Recordo-me, a exemplo desta situação, de uma experiência vivida em campo, quando me deparei com uma situação previamente posta por uma das minhas interlocutoras. Antes de aceitar participar da pesquisa, Virgínia acordou duas condições que definiriam se a pesquisa iria acontecer ou não: (i) gostaria de saber se a pesquisa seria algo sério e qual professor (a) estaria orientando o trabalho e (ii) queria ter acesso ao material que fosse sendo produzido por mim - caráter que se esclareceu mais adiante, em nossas conversas, quando ela disse que fazia questão de ter seu nome na pesquisa livre de qualquer caracterização ou criação fictícia. Após falar sobre os professores que comporiam a banca de orientação e avaliação do trabalho, pareceu-me que Virgínia se deu por convencida a colaborar com a pesquisa.

Vale salientar que o acordo estabelecido entre orientador/pesquisadora/colaboradoras da pesquisa não foi firmado de forma simples, nem tampouco foi a primeira tentativa de pesquisa que me levou a campo e concedeu obtenção de êxito ou aceitação total para seguir com o objeto de pesquisa e chegar à proposta do trabalho final.

Pois bem, penso ser válido colocar algumas das questões de encontros/desencontros e relações que possibilitaram a existência deste texto. Um dos pontos mais desafiadores na descoberta da pesquisa foi tentar desnaturalizar a ideia hegemônica, que predominava no meu imaginário sobre o assunto, acerca do que era família e de como operar sociologicamente com este conceito. Foi quando recorri a um texto de Almeida (2004) em que a autora problematiza questões elementares sobre a categoria semântica *família*, fato de fundamental importância para desconstruir a imagem cristalizada que operava na minha visão de mundo, que até então possuía sobre família, de acordo com o modelo “heteronormativo” – mãe, pai e filhos – sob uma união legal, estável.

E em seguida recorri à antropóloga francesa Françoise Héritier:

[...] a crença popular no fundamento naturalmente universal da família não remete para uma entidade abstracta susceptível de tomar formas variáveis no tempo e no espaço, mas de maneira muito precisa para um modo de organização que nos é familiar enquanto membros da civilização ocidental, e cujos traços mais significativos são a família conjugal baseada na união socialmente reconhecida de um homem e de uma mulher, a monogamia, a residência virilocal, um certo reconhecimento da filiação e da transmissão de nome através do homem, a autoridade masculina. (HÉRITIER, 1997, p.81).

Convém perguntar: O que teria me levado a ter um pensamento tão comum em torno da categoria família e, ao mesmo tempo, propor-me a estudar um arranjo familiar diferente do modelo convencional ocidental citado anteriormente, e, diga se de passagem, sob o qual fui criada? Bem, podemos pensar esta questão por dois vieses, e ambos estarão ligados ao lugar de fala que ocupo no corpo do texto: i) Podemos dizer que o fato de pensarmos que todos sabem, ou julgam saber o que é família, parte de uma crença popular – como nos fala Héritier – haja vista o nosso pertencimento a um ideal de cultura ocidental e, por isso mesmo, (re)conhecemos como família uma união monogâmica, organizada sob a figura do homem como autoridade<sup>8</sup>. Antes de entrarmos no universo das relações homoparentais<sup>9</sup>, convém realizar uma breve apresentação dos caminhos que me conduziram ao tema desta pesquisa. O que gostaria de dizer com isso é que as Ciências Sociais tornaram possível a escrita deste trabalho, falando sobre possibilidades distintas de arranjos familiares, e, sobretudo com a oportunidade de desvencilhamento de um pensamento etnocêntrico e pouco relativista que existia em mim antes da entrada na pesquisa. Ao mesmo tempo, o meu aprendizado sobre formas plurais de família não se deu somente pela leitura de textos científicos, mas

através da construção de relações com minhas interlocutoras. Apresento, nas próximas páginas, como esta interseção entre teoria e prática de pesquisa se configurou para mim.

### **Adentrando ao campo investigado**

A metodologia é uma parte crucial de todo e qualquer projeto de pesquisa, ou, trabalho que se deseje fazer, consiste em evocar e organizar as situações ‘adequadas’ de uma trajetória, ou, percurso acadêmico, mas que também é pessoal (MILLS, 2009). Implica em se colocar no texto de forma para relatar as dificuldades de entrada no campo. Refletir acerca dos processos de ruptura e (des)construção do lugar de fala dentro do texto e insistir no elemento autorreflexivo, do olhar analítico que se supõe ter o profissional de Ciências Sociais. Encontrar elementos caracterizadores de uma subjetividade que demarca o tema de pesquisa e agrega conceitos teóricos de forma a iluminar a proposta de estudo, enfim, constitui um desenho próprio do que é cada objeto de pesquisa.

Na pesquisa em Antropologia, experiências são inscritas por meio de uma “grafia” (OLIVEIRA, 2013) – relatos de “campo” que registram experiências vividas pelo pesquisador. Na primeira tentativa que dediquei à produção de um relato etnográfico não sabia direito como proceder para realizar tal trabalho. Sendo assim, caí em um dos pecados da Antropologia: durante o campo, demonstrava mais preocupação em tomar notas em um bloco, do que realizar a dita “observação participante”. Tentava me vestir de métodos das ciências naturais, ou, da ciência dita positivista, na intenção de encontrar elementos constituídos por subjetividade. Desnecessário fazer uma ressalva quanto à utilidade dessa metodologia ter fracassado, caído por terra e, por assim dizer, a proposta do projeto de pesquisa não avançava na construção do objeto, tampouco na identificação de um problema social que pudesse servir de ponto de partida para uma reflexão sociológica ou antropológica acurada.

Até os anos 80 do século XX, a etnografia era pensada por uma perspectiva situada em um local ou sistema mundo (MARCUS, 2001), que preservava uma escala comparativa onde se investigavam situações locais. Talvez, inconscientemente eu tenha internalizado essa proposta de pensar etnografia, por um sistema localizado, através de alguns trabalhos que li ao longo da graduação. Por ter incorporado essa ideia de etnografia situada em um único local, pensava estar traindo ou infringindo algum estatuto que assegurasse o posicionamento marcado etnograficamente quando deixei de lado a proposta de pesquisar escola e migrei para a te-

mática sobre família. Neste exercício de deslocamento que realizei da escola para a família, comecei a pensar que outro tipo de “grafia” podia ser inscrito através daquela experiência, ou seja, uma etnografia *multilocal* que surge como resposta a desafios empíricos também se apresentava para mim naquele momento de pesquisa.

A metodologia de um trabalho de campo é algo que vai se delineando de acordo com o formato que a pesquisa vai assumindo e, sobretudo, das análises realizadas a partir da escrita do texto. Registrar “histórias de vida” e “histórias de família” (PINA CABRAL & LIMA, 2005) possibilita compreender como as relações sociais conjugais e parentais se estabelecem neste trabalho. Para este artigo, ‘inventar’ a metodologia na pesquisa ganha força na definição dos rumos que fui tomando para pensar a proposta desta pesquisa. Entender que a história de vida é composta por experiências selecionadas pelo narrador de acordo com o contexto da narrativa. Esses elementos constituem caráter de subjetividade, pessoal, ou de um grupo (no caso – a família) que é narrado para contar uma história de vida, ou, é história de vida porque foi narrada por alguém. Assim sendo, a história de vida está ligada a uma leitura que realizamos a partir das experiências de vida, sejam elas de um contexto passado ou presente, ou, quem sabe, até mesmo futuro (DELORY-MOMBERGER, 2006).

Em *A ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1986) é possível observarmos alguns postulados para pensarmos até que medida a história de vida interessa, ressaltando que ela sofre modificações, reconstruções e reatualizações constantemente, de acordo com acontecimentos de uma existência individual, mas que inscreve algum tipo de grafia na esfera coletiva. Produzir uma história de vida pressupõe tratar a vida como uma história, isto é, como algo possível de um relato coerente sobre uma sequência de acontecimentos, com significado e direção. Histórias de vida são úteis para o/a Antropólogo/a porque permitem captar relatos posicionados sobre experiências sociais que nem sempre são visíveis, quando adotamos uma perspectiva que privilegie instituições, estruturas, macrorrelações. Desse modo, é uma ferramenta que foca processos sociais em primeira mão, a partir da experiência dos agentes sociais.

“Inventar” uma metodologia de pesquisa nas Ciências Sociais/Antropologia, antes de conferir caráter desafiador, pode soar como armadilha epistemológica no sentido de que embora não exista regra para a criatividade antropológica é preciso atender certo estatuto de ciência ocidental fincado nos moldes acadêmicos, que ainda insistimos em (re)produzir, mas o que é o conhecimento metodoló-

gico, afinal? Ou, se preferirmos, o que entendemos ou devemos entender por “conhecimento” na metodologia de uma pesquisa em Ciências Sociais/Antropologia? Por exemplo, como se distingue (ou deve se distinguir) o conhecimento de campo e teórico da simples crença ou opinião? Longe de responder essas hesitações, meu pensamento gira em torno de problematizar ainda mais essas questões ligadas à metodologia na pesquisa. Quando proponho trazer, ao longo do texto, a minha inserção “em campo” a partir do meu corpo –pesquisadora – junto com os outros corpos “pesquisados” que interagi ao longo da pesquisa para apresentar neste artigo.

A seguir discuto sobre quem são as minhas interlocutoras na pesquisa, a partir de narrativas construídas com elas. Para tanto, convém levar em conta que narrativas sobre si mesmo, como qualquer narrativa, são ficções: uma construção literária que possibilita compreender uma das múltiplas faces da interação que as sujeitas na minha pesquisa mostram através dos relatos de suas histórias de vida. Ao contrário do que se possa pensar, “a narrativa não entrega os ‘fatos’, mas as ‘palavras’: a vida recontada não é a vida” (DELORY-MOMBERGER, 2006, p. 3). Com isto quero salientar para a perspectiva de que a história de vida tem lugar na narrativa porque confere forma ao vivido e à experiência. No entanto, não chega a ser de fato a experiência *per se* quando, no máximo, cumpre com a função de captar uma parcela da realidade como se fosse um retrato.

### **Trânsitos, trajetórias e biografias: entre coisas de menina e coisas de mulher**

Aline<sup>10</sup>, 13 anos<sup>11</sup>, branca, cabelos ruivos<sup>12</sup>, muito falante, gosta de prestar atenção no mundo e perguntar sobre as situações cotidianas. Além destas características, costumava desenhar e pintar quadros<sup>13</sup> até os nove anos de idade, participava de aulas de dança e eventos festivos na escola<sup>14</sup> onde estudava. Aline apareceu-me como um grande presente no campo de pesquisa, através de trabalho realizado na disciplina de Práticas Etnográficas, do curso de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri - URCA. Aline é irmã adotiva de Virgínia, foi acolhida pela família logo quando nasceu, pois sua mãe biológica, em virtude de dificuldades financeiras para criar a menina, achou melhor entregá-la aos cuidados de pessoas conhecidas. No caso, a família de Virgínia, que por sinal, já havia morado no mesmo sítio que essa moça e sabiam que ela iria “dar” a criança logo após o nascimento. Resolveram, então, adotar a menina e realizar um sonho que Virgínia tinha – de ter uma irmã – e o de sua mãe – de ter outra filha.

Em conversas informais, Virgínia contou sobre o desejo que tinha de ter uma

irmã (desejo de infância). Ela tem dois irmãos mais jovens e assumira, por ser a mais velha, a tarefa de ajudar sua mãe a cuidar deles. Em seus relatos, sobre memórias dos tempos de infância, conta que, “queria uma irmãzinha para brincar comigo, *coisa de menina sabe?!?*” – (notas do caderno de campo). Sua mãe, Minervina Pereira (mais conhecida como Preta Pereira) não podia mais engravidar, embora também desejasse ser mãe de outra menina. Como o sonho das duas era algo publicizado para a vizinhança e parentes, não tardou que ele se realizasse, com a chegada de Aline. Nesse período, Virgínia estava com 16 anos de idade. Sendo assim, ao iniciar seu namoro com Laura, Aline ainda tinha entre cinco e seis anos de idade, e chamava carinhosamente Laura, companheira da sua irmã, de *papaia*. Depois que as duas foram morar juntas (o casal), Aline – muito apegada à irmã mais velha – começou a ficar alguns dias na casa da irmã, que na época morava perto da escola da menina [em Acopiara]. Em seguida, no ano de 2010, devido à aprovação em um concurso público para técnica administrativa (assistente de alunos), Virgínia mudou-se para outra cidade (Salgueiro-PE). Em 2011, Aline foi morar com a irmã-mãe em Salgueiro. Em 2012, Aline retorna novamente para Acopiara – sua cidade natal e onde residem seus pais – Antônio Alves de Andrade, mais conhecido como Wilson, e Minervina Pereira de Amorim Alves. No ano de 2013, Aline passou a morar em Crato-CE, com Virgínia, e em 2015 retorna mais uma vez para morar com dona Preta e seu Wilson. Desta vez, Virgínia relata: “ela foi para ajudar a cuidar da nossa mãe [Dona Preta], para dar remédios na hora certa - esse tipo de coisa”. Dona Preta, mãe das duas, padece de um problema crônico na perna. Ela já se submeteu, inclusive, a vários tratamentos, chegando a viajar para São Paulo – região Sudeste do País – fato que atesta seu estado clínico como situação que exige cuidado e atenção por parte dos filhos(as).

Neste sentido, poderíamos dizer que a ajuda que Aline oferece dentro da teia familiar que envolve a família de origem de Virgínia e sua família organizada atualmente com Laura poderia representar pelo menos dois modelos ou *alegorias*<sup>15</sup> possíveis. Primeiro, de um ponto de vista analítico (em termos de seu significado sociológico), a menina poderia funcionar *como a circulação de uma dádiva* (no sentido trabalhado por Mauss, 2012) em um contexto de ajuda mútua. Segundo, Aline, agiria, sobretudo, através da companhia que *voluntariamente* retribui tanto para Preta Pereira, sua mãe de criação, como para Virgínia. Desse modo, a garota estaria agindo como mediadora, ou ponte, entre um ponto da família de origem e o outro pon-



to que é o arranjo familiar constituído por Virgínia e Laura. Ou ainda, como nos permite pensar Fonseca (2002), a circulação de Aline seria uma forma de aproximação, produzindo elo entre seus parentes. Ou seja, nas relações que são produzidas nos deslocamentos de Aline, ela não é somente um ‘meio’ ou ‘objeto passivo’ pelo qual vínculos são produzidos entre terceiros, mas uma *agente* produtora de vínculos.

Virgínia, branca, 30 anos, bissexual, alegre, comunicativa, espírita, graduada em Letras, trabalha no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Crato. Virgínia nasceu em Acopiara<sup>16</sup>, morou, a maior parte da vida, na sede da cidade. Depois foi para uma vila, a seis km da sede, porém ela morou pouco tempo nessa vila – até os nove anos de idade. Depois, aos dez anos, foi residir com o avô paterno, seu Argemiro, onde passou cerca de um ano e meio. Logo em seguida, mudou-se para a sede da cidade, junto com sua família, mãe, pai, dois irmãos e, posteriormente Aline, que foi adotada quando Virgínia tinha 16 anos, ela afirma que por ser a “única filha mulher” de seus pais, sentia uma vontade imensa de ter uma irmãzinha, e que a mãe dela também desejava ter outra filha; foi quando enxergaram, na ausência de recurso financeiro alegada pela mãe biológica de Aline [como justificativa para não poder criar a menina], a possibilidade de realização desse sonho. Virgínia contou-me que, desde a infância, nunca teve uma boa relação com seu pai e nunca se sentiu “amarrada” à família de origem, fato que a fez morar períodos de tempos com outras pessoas, como: sua avó materna, sua tia materna, seu avô paterno, bem como com algumas amigas. Passava períodos fora do núcleo familiar, mas sempre voltava a residir com seus pais. Somente aos 24 anos de idade é que sai definitivamente de casa, por motivo de conflitos com seu pai acerca de sua orientação sexual, indo morar com Laura, sua namorada.

Laura, companheira de Virgínia há mais de sete anos, tinha 33 anos de idade no momento em que redigi este texto. Laura é branca, homossexual, também graduada em Letras, espírita, brincalhona, extrovertida e simpática, trabalha no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco – IFPE campus Pesqueira. Durante 17 anos da sua vida, morou em um distrito [zona rural] de Acopiara, depois fez ensino médio e faculdade na cidade de Iguatu, próximo à sua cidade natal (Acopiara). Pouco antes de se formar, retornou, para trabalhar, ao mesmo sítio onde havia morado com sua mãe e seus três irmãos (duas mulheres e um homem). Nesse período, quando ela ainda estava terminando a faculdade de Letras, permaneceu por mais dois anos morando no sítio com sua mãe, pois trabalhava ministrando aulas em uma escola estadual

de ensino médio. Seu pai faleceu quando ela tinha dez anos. Desta forma, de acordo com seus relatos, sua mãe foi a mulher e o homem da casa. Laura conheceu Virgínia na faculdade, pois o fato de as duas estudarem o mesmo curso facilitou a aproximação. Virgínia contou-me que estava dois semestres mais adiantada no curso, mas que ainda assim as duas trocavam olhares pelos corredores da faculdade. No entanto, “foi numa viagem de evento acadêmico que tudo aconteceu” – fala ouvida em campo pelas duas, porém, em momentos distintos. A partir dessa viagem elas começaram a se enamorar. Nessa época (aproximadamente oito anos antes do depoimento) elas começaram a se relacionar à distância, pois Virgínia tinha tarefas do trabalho (já lecionava) e da faculdade para fazer e morava na cidade de Acopiara, enquanto Laura “só estudava” e morava em Iguatu – cidade vizinha, onde as duas cursavam a faculdade.

O anseio de infância cultivado por Virgínia de ter uma “irmã” mais nova para brincar (“coisa de menina”) se entrelaça com projetos familiares de sua genitora (“ter outra filha”). Como veremos melhor adiante, essas experiências serviram como alicerces para projetos familiares posteriores construídos por Virgínia – em especial o projeto da construção de uma família com Laura.

**“Temos um arranjo familiar muito normal, mas diferente”.**

Quando conheci Aline, pensava que ela fosse filha biológica de Virgínia (dedução equivocada que fiz sem qualquer investigação prévia). Posteriormente (também de forma precipitada) acabei atrelando o fato de Aline passar um tempo com sua “irmã” como sendo aquilo que selava e mantinha a família. Essa relação entre o significado das coisas e palavras significantes pôde, para mim, ser modificada porque compreendi, aos poucos, a família como uma palavra de sentido polissêmico. Tinha também certa noção de que as falas de minhas interlocutoras sobre sua família podia se modificar conforme a situação – e, inclusive, podia se modificar a partir da interação que fui construindo com elas. Em seguida, compreendi que a presença de Aline fazia a família *crescer*, porque como Virgínia mesma chegou a afirmar em algumas das nossas conversas, sua família é composta por [apenas] ela e Laura. Tendo que se relacionarem à distância, pelo menos por enquanto, pois devido ao trabalho como técnicas administrativas em cidades diferentes, onde foram aprovadas em concursos públicos, o deslocamento de corpos, sentimentos, planos, projetos e vivências conjugais foi colocado em trânsito contínuo. Virgínia (re)conhece que o arranjo familiar que compõe junto à Laura é uma “família”, *mas é diferente*. Entendida deste

modo, a família pode ser pensada como: i) uma categoria analítica da pesquisadora; ii) como atos e ações vividos pelas interlocutoras da pesquisa e reiterados em suas falas; iii) como recurso que nos permite problematizar o entendimento sobre família.

Em falas apreendidas em campo, tanto em relatos orais de Virgínia, como de Laura, a afirmação: “nós nunca chegamos, de fato, a *morar juntas*” aponta para a ideia de que família ultrapassa a noção de unidade doméstica, *o lugar do morar*, onde pessoas compartilham do mesmo espaço físico, e talvez ultrapasse também a noção de família como sendo aquela sustentada em uma “escolha recíproca, baseada em critérios afetivos e sexuais e na noção de amor” (VELHO, 1986:26 *apud* HEILBORN, 2004:108). A celebração que oficializou a união de Virgínia e Laura foi realizada em 04 de julho de 2015, na cidade de Crato-CE, contando com a presença de dona Preta – mãe de Lorena, Aline – a “filha do coração” das noivas, Regina e Larissa – irmã e sobrinha de Laura, respectivamente; e amigos e amigas em comum do casal. Nessa ocasião, Aline usou de sua habilidade de comunicação, declamando uma poesia e cantando ao microfone na frente de todos os convidados, presentando homenagem e renovando votos de afeto e carinho junto a suas “mamães”.

Alguns dos encontros que tivemos consistiram em entrevistas/conversas, contando com a presença de ambas as parceiras do casal, ou realizadas separadamente, com cada uma delas. Nesses encontros, elas contam que, mesmo após a celebração de seu casamento<sup>17</sup>, residiram juntas somente por curtos espaços de tempo: em períodos de férias, greves dos Institutos onde trabalham e quando Laura teve que fazer uma cirurgia nos olhos. Nesse período elas contam que moraram juntas por três meses, que foi o momento em que passaram mais tempo numa mesma casa – segundo Laura, em uma conversa que tivemos no início da pesquisa. Em outra entrevista ouvi a mesma afirmativa por parte de Virgínia. Logo no início do namoro, Laura morava na cidade de Iguatu e sua companheira em Acopiara, após dois anos de relacionamento – Virgínia passou em um concurso público federal na cidade de Salgueiro, em Pernambuco. Simultaneamente, Laura transitava entre o distrito de Santa Felícia, onde nasceu e foi criada – cidade de Acopiara, Iguatu e Crateús – esta última cidade a abrigava por ter passado, também, em concurso público federal (IFCE). Ainda na cidade de Salgueiro-PE, Virgínia decide tentar uma redistribuição (transferência) para o IFCE campus do Crato, onde, obtendo êxito na tentativa, passou a morar e trabalhar. Laura, que morava em Crateús-CE, passou em outro concurso público federal, agora em Pesqueira-PE. Assim sendo, mais

uma vez o casal estava afastado pelo trabalho e ao mesmo tempo unido pelo sonho do projeto de um dia morarem juntas. Laura relata que, como todo relacionamento, é claro que elas já passaram por crises, mas existe algo que as mantém unidas. Quando indagada por mim sobre como conseguiram manter esse vínculo por tanto tempo, ela afirma que existe algo que as mantém juntas, embora desconheça uma palavra que possa nomear esse “algo”. E que se não houvesse esse “algo” elas já haviam se separado<sup>18</sup>.

Virgínia e Laura fazem planos de morarem juntas um dia e planejam trazer a mãe de Laura para perto de si. Laura, deseja obter em seu trabalho, a transferência de Pernambuco para o Cariri Cearense, onde as duas pensam em criar seus “bruguelos” – palavra nativa para se referirem aos filhos que desejam ter, embora Aline já seja “a filha do coração”. O processo de vinda da companheira de Virgínia promete demorar um pouco para acontecer, o que retarda a plena consecução do projeto de serem conjuntamente “mães”. Projeto este, que será descrito adiante, a partir da reflexão feita por Ortner (2007); Strathern (1995) e Amorim (2013). Esses trabalhos me ajudam a pensar em como conceitos acadêmicos produzidos em contextos muito distintos sinalizam para o fato de haver pontos confluentes quando se pensa em mulheres militantes, lésbicas e mães, ou, que desejam realizar uma vivência como mães. Essa confluência gira em torno da temática do *planejamento*. Foram recorrentes as falas que ouvi (aspecto que deixo em suspensão no momento para retomar mais adiante no texto) sobre todo o planejamento da relação das duas, desde o namoro, passando pelo casamento até planos futuros, como foi evidente também, nos trabalhos que li sobre lésbicas, a preocupação com os mínimos detalhes do cotidiano<sup>19</sup>.

Até aqui, falamos um pouco sobre quem são minhas interlocutoras, sobre como elas veem sua própria família e como elas construíram um projeto conjugal e familiar específico, mobilizando oportunidades e lidando com adversidades conjunturais (notadamente, lidando com o problema da distância e deslocamentos espaciais necessários à manutenção da relação). Na próxima seção faço uma breve digressão que inicia por um caminho distinto, problematizando dados do IBGE sobre “família”, para em seguida retomar as experiências familiares de minhas interlocutoras em diálogo com os referidos dados.

O primeiro ponto que desejo salientar a propósito de tais dados é que, como Cientista Social, não devo nem posso tomar dados *coletados em campo* (como é o caso do trabalho realizado pelo IBGE) como informações objetivas/ neutras/ absolutas, até porque as histórias de vida das minhas colaboradoras na pesquisa sinalizam para vivências que

requerem uma análise mais acurada e sensível do ponto de vista Antropológico. Sendo assim, busco validar esta pesquisa ao passo que tento construir os próprios dados através da interação no campo, com o qual interajo com minhas sujeitas colaboradoras da/na pesquisa, a partir de visitas, encontros, desencontros e conversas privilegiadas pela subjetividade que está presente em grande parte dos trabalhos produzidos na área das Ciências Sociais. Ainda assim, decidi usar algumas informações extraídas do site oficial do IBGE como ferramenta de comparação e análise junto aos procedimentos metodológicos que estava aprendendo e produzindo em campo. As informações coletadas da página oficial do IBGE ajudam-me a compreender que existem arranjos múltiplos para se pensar o que é família e que essa definição apresentada ao longo do texto é apenas mais uma dentre as variadas formas de se viver e pensar relações familiares no Brasil.

Virgínia e Laura representam um caso singular de arranjo familiar. Embora casadas, o máximo de tempo que chegaram a morar juntas em um mesmo domicílio foi durante o período de três meses quando Laura teve que fazer uma cirurgia para corrigir um problema na visão e Virgínia ficou cuidando dela. O relacionamento das duas foi construído por deslocamentos constantes, em virtude dos compromissos com o trabalho que exercem – ambas trabalham em Institutos Federais de Educação e obtiveram aprovação em concursos públicos em momentos relativamente próximos no tempo, porém em estados diferentes. Virgínia mora atualmente no centro da cidade de Crato, no estado do Ceará, com seu irmão mais novo Wilson, que veio para ajudá-las em um empreendimento, a loja que carrega os nomes dos filhos que ainda vão nascer e tem por finalidade angariar recurso financeiro para tal finalidade; Laura mora sozinha na cidade de Pesqueira, estado de Pernambuco. Elas se encontram nos finais de semana, feriados e férias. Isto não impossibilita que se identifiquem como “família” e que tracem vários projetos e planos juntas, ou, como elas mesmas dizem, “planos em família, porque a família somos eu e minha companheira” (afirmação que ouvi de Virgínia durante o campo). O que isto denota é que a família dos brasileiros vem assumindo cada vez mais configurações distintas, inclusive quando a mulher está à frente do núcleo familiar.

Por causa da entrada cada vez mais abrangente das mulheres no mercado de trabalho, as famílias matrifocais têm aumentado significativamente no Brasil: passaram de aproximadamente sete milhões, segundo o Censo de 1991, para 11 milhões em 2000, o que corresponde a um aumento percentual de 20,5 para 26,7 em relação ao número total de famílias, em menos de 10 anos, como mostram os dados do IBGE (2007). (GARCIA, WOLF, OLIVEIRA, 2007:279-280).

Em relação a esses arranjos matrifocais, onde a mulher assume o lugar de chefe da casa, é interessante atentar para a questão de que nem sempre um lar chefiado por uma mulher é sinônimo de família matrifocal. Por exemplo, pode acontecer de uma mulher assumir a chefia de uma casa por um determinado tempo, enquanto esteja separada, ou no caso, de se submeter a cuidados de parentes que morem em outras residências e precisem da sua ajuda. No entanto, este texto trata apenas de lares chefiados por mulheres que escolheram chefiá-los e, para tanto, estão conscientes dos lugares que ocupam e desejam ocupar (Fonseca *apud* Almeida, 2004. P. 233).

### **Dados do Último Censo (2010)**

Em relação às famílias, na comparação entre 2000 e 2010, do Censo do IBGE, houve um crescimento na proporção de unidades domésticas unipessoais (domicílios com um só morador), que passaram de 9,2% em 2000 para 12,1% em 2010. No Brasil, predominavam, em 2010, as famílias de duas ou mais pessoas com parentesco (54,3 milhões da população). Os dados do IBGE sugerem um aumento na proporção de famílias sob responsabilidade exclusiva da mulher (22,2% em 2000, contra 37,3% em 2010). O Censo 2010 destaca-se dos anteriores por ter, pela primeira vez, questionado qual o sexo do cônjuge dos respondentes, fabricando, deste modo, alguns dados sobre uniões entre parceiros do mesmo sexo. Em relação ao nível educacional, 25,8% das pessoas envolvidas em uniões com cônjuges do mesmo sexo declararam possuir nível superior completo. Em relação às configurações das uniões conjugais no tocante à cor ou raça dos cônjuges, os dados do Censo Demográfico 2010 mostraram que 69,3% das pessoas, nos últimos 10 anos ou mais, estavam unidas a pessoas do mesmo grupo de cor ou raça, enquanto, em 288000, esse percentual era 70,9%. Esse comportamento foi mais forte dentre os grupos de brancos (74,5%).

O IBGE apresenta esses dados sobre cruzamento da cor da pele com a escolha por parcerias conjugais como um fato dado, o que nas Ciências Sociais problematizamos à luz da discussão com a bibliografia do campo investigado. As pessoas se relacionam umas com as outras de acordo com os grupos de referência (BERGER, 1996) ou localizações sociais (BECKER, 2009) das quais fazem parte. Estabelecemos interações com as pessoas de acordo com a localização geográfica, condição econômica, de gostos semelhantes e, por assim dizer, escolhemos parcerias sejam conjugais ou não dentro do horizonte de escolhas que nos é possível. “Todo grupo a que uma pessoa se reporta proporciona um ângulo de vi-

são privilegiado do mundo. Todo papel incorpora uma cosmovisão” (P-134a).

Outro dado interessante a ser analisado e que possui correspondências com o meu campo de pesquisa é que, em dez anos, mulheres responsáveis pela família passam de 22,2% para 37,3%. Mudanças na estrutura da família, maior participação da mulher no mercado de trabalho, baixas taxas de fecundidade e envelhecimento da população influenciaram no aumento da proporção de casais sem filhos entre 2000 e 2010, que passou de 14,9% para 20,2% do total.

Esse dado pode ser traçado como um comparativo entre o panorama nacional e o estudo de caso a que me propus realizar neste trabalho. Laura conta que há mais de 20 anos atrás sua mãe assumia “o papel do homem e da mulher da casa” – referindo-se a ela como responsável pelo núcleo doméstico, conseqüentemente pela família. As histórias de família de minhas interlocutoras evidenciam seu pertencimento a pelo menos duas gerações consecutivas de famílias matrifocais. A diferença, se houver, é que no atual momento da trajetória de minhas interlocutoras, sua família não é apenas matrifocal, mas nitidamente ‘multilocal’: constituída e situada não em um, mas em/entre vários domicílios.

Minhas interlocutoras constroem a maternidade como um projeto, antecipando a possibilidade de conviver com seus dois “bruguelos” – como Virgínia costuma se reportar aos filhos que elas terão, ao lembrar que é esta a expressão usada pela sua sogra quando se refere aos netos que virão. Em seguida, apresentarei o pensamento sobre a maternidade biológica, pois estas já exerciam essa função quando compartilhavam a presença de Aline no seio familiar, ainda que em situações eventuais e pontuais. Podemos pensar que elas, minhas interlocutoras da pesquisa, embora preocupadas com questões LGBT, num plano mais amplo, concebem a família enquanto composta por uma lógica que materializa e solidifica ainda mais a ideia heterossexual, (que é morar juntas e construir filiação biológica) como fica claro nas falas de Virgínia e Laura, até aqui.

### **Entre o que se diz e o que se vê**

Nesta última seção, gostaria de destacar alguns pontos da história de vida de uma de minhas interlocutoras que, a meu ver, são expressivos do modo como o poder familiar e resistências na família podem se expressar a partir de questões de gênero e sexualidade. Em suas palavras:

Na infância, eu nunca brinquei de brincadeiras consideradas de menina. Boneca, casinha, de ter um marido – eu que era o marido. Sempre brinquei muito com os meus primos, mas teve um episódio que marcou negativamente. Porque um dia a mãe dos meus primos disse que era feio uma menina andar com o monte de macho e que eu podia até ficar grávida. Aquilo me magoou muito, porque eu queria ser vista como meus primos. Ela não entendia que eu era diferente. Brincava com os carrinhos do meu irmão, nunca gostei de brincar de boneca. Jogava peão, pescava, atirava de baladeira, quer dizer, eu sempre me identifiquei totalmente com as brincadeiras de meninos. (LAURA, 33 anos).

Nesse depoimento de Laura, observamos outro ponto chave que aparece nos escritos de Foucault, quando em *Vigiar e Punir*, na terceira parte, no capítulo intitulado *corpos dóceis*, o autor faz-nos perceber que a disciplina está no fato de disciplinar ações. Quando Laura se recorda que na infância queria vestir-se e ser lida e respeitada na sua diferença, mas seu corpo era classificado como de menina, logo ela era enquadrada a partir dessa classificação e criticada por não corresponder ao modelo ideal de feminilidade. Essa ação disciplinar, exercida pela mãe de um dos primos, ao invés de gerar docilidade em um corpo que se pretendia moldar de acordo com convenções culturais vigentes na zona rural da cidade de Acopiara, de fato não gerou a docilidade esperada. A resistência era exercida através de alguns objetos que (de) marcavam seu lugar social, em uma linha de fuga, ou força, naquele tempo e espaço.

O efeito da disciplina exercida não foi a conformidade passiva a um ideal de gênero feminino, mas tão somente uma “mágoa” – uma mágoa que persistiu a tal ponto que mereceu ser narrada, décadas depois, a uma jovem pesquisadora. Sentir e expressar essa mágoa, no fim das contas, não deixa de ser uma forma de “resistência” ao poder familiar. Afirmar que a tia “não entendia que eu era diferente” é negar à família um poder. É negar à família o *poder* de efetivamente *saber* quem são todos seus próprios membros. Ou seja, declarar-se deste modo, ‘incompreendida’, é, no fundo, dizer que a família não a conhecia, e que as ações disciplinares exercidas pelos familiares não eram capazes de mudar quem ela de fato é. Se Laura, na infância e ao longo da vida, tivesse correspondido totalmente ao modelo de feminilidade cultivado em sua família de origem, ela teria se tornado aquilo que esperavam dela. Teria se tornado aquilo que o poder familiar explicitamente visava produzir: uma mulher conformada a certos estereótipos de gênero e heterossexualidade. No entanto, ela resistiu.

Ao considerarmos essa regulação que existia sobre o corpo de minha interlocutora, podemos perceber que essa sujeição de adaptar um corpo a um tem-



po e espaço só foi possível porque existiam outros corpos que possibilitavam a ordenação a partir de séries, no caso, os corpos dos primos de Laura. Sendo assim, pertencia a ela o corpo que estava *dentro* e *fora* ao mesmo tempo, pois embora submetida a práticas discursivas da mãe de seus primos, ela era capaz de forjar dispositivos de entrecruzamento entre um corpo de menina vestido com roupas designadas socialmente para meninos, brincando com meninos e amparada sobre elementos não discursivos, onde inventava suas próprias brechas para escapar da ‘disciplina’.

Desde que eu me entendo por gente, *desde que eu comecei a me perceber, eu sempre percebi que era diferente*, no sentido da sexualidade. *Eu não conversava com ninguém sobre isso [sexualidade], eu vim conversar sobre isso, abertamente, na Faculdade.* Foi na Faculdade que eu me abri, assim, totalmente, para um amigo – meu primeiro grande amigo para contar tudo. *Parece até que quando você expressa, parece que você entende melhor.* Pelo fato de eu não expressar isso e ser um tabu, fechado, e eu não conversar com ninguém, às vezes parecia que não era real. A identidade não era afirmada. [...] *Eu sempre tive uma identidade de gênero muito voltada para o masculino.* Na infância eu nunca brinquei com essas coisas de menina: casinha, boneca, ter um marido – eu que era o marido. *Eu sempre brinquei com meus primos, com carrinhos do meu irmão, brincava de caçar, atirar de baladeira. Então, na minha infância sempre fiz coisa de menino.* (LAURA, 33 anos). (Grifos meus).

A enunciação evocada por Laura fez-me pensar, através das lembranças dos seus tempos de infância, que aquilo que se *disz* é diferente daquilo que é *visto*. É nesse interstício entre visibilidades e invisibilidades que seguem as trajetórias que inspiraram este trabalho, quando estas mulheres estão narrando suas investidas, vivências e descobertas afetivas/sexuais/amorosas e conjugais em ambientes de (homo) sociabilidade (AMORIM, 2015). O casamento, os planos de futuramente residirem juntas, assim como o projeto de trazerem à vida terrena os filhos futuros que já integram espiritualmente sua família – tudo isto propicia visibilidades para além de quaisquer declarações explícitas sobre a própria sexualidade na esfera pública ou familiar.

No caso em estudo podemos observar que o fato de publicizar o que se sente ajuda na construção de uma história de vida que merece ser contada para ser real. Neste sentido, a visibilidade do vínculo de minhas interlocutoras é – ela própria – política, pois produz efeitos transformadores – mesmo que mínimos – sobre o mundo.

Há, aqui, outro aspecto que merece ser destacado. Lidar com temporalidades e espacialidades distintas a partir de depoimentos produzidos no contexto da pesquisa comporta diversos desafios.

Quando Laura recorda dos tempos de infância e dos momentos que me relatou ter vivido no sítio e depois, dos tempos que entra na faculdade, ela aciona essas ‘memórias’ em um novo contexto de fala: ativa tais lembranças no momento atual de sua trajetória, em que vive em um contexto “urbano” e em que tanto ela quanto sua companheira são profissionais formadas e bem sucedidas em suas carreiras. Logo, não é qualquer corpo que fala. O corpo que narra essas histórias é um corpo em circulação, um corpo transformado por tais deslocamentos e pelas múltiplas conexões que teve com diferentes pessoas, em diferentes lugares. A relação ‘indivíduo – família’ não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a noção de família, bem como a própria noção de indivíduo, varia conforme a categoria social com que estamos lidando (FONSECA, 2005). Se Laura não tivesse vivido essa trajetória social de deslocamento e relativa autonomização, ela talvez não pudesse verbalizar ou nomear certas experiências marcadas pelo gênero que vivenciou em sua infância e juventude.

Um depoimento de Virgínia sobre sua própria trajetória, que reproduzo a seguir, oferece um interessante contraponto ao relato apresentado por Laura:

*A minha orientação sexual é a bissexualidade, eu sempre fui muito consciente disso, embora no início isso tenha dado um nó medonho na minha cabeça, quando comecei a me descobrir com essa orientação [bissexualidade]. Desde tenra idade eu já sabia que me voltava para os dois lados, e isso desde muito cedo: nove, dez anos. Internamente eu entendia isso, mas pelo fato de não ter no meu grupo [círculo de amigos], na época, ninguém com as mesmas características, então eu me sentia muito complicada. Me sentia muito estranha diante das pessoas do meu grupo. Por não ter ninguém com quem conversar, com quem trocar experiências iguais às minhas, esse fato me levou a ser curiosa e buscar, desde cedo, literatura sobre o assunto. Isso [orientação sexual] sempre foi muito claro para mim. Mas na minha família, por exemplo, por não termos muito diálogo – não tínhamos e não temos – eu não sentia a necessidade de explicar para o meu pai, ou para minha mãe e irmãos – o que era bissexual. Mas no fundo eu sei que meus pais sabiam, sempre souberam, minha mãe, pelo menos. (VIRGÍNIA, 30 anos). (Grifos meus).*

A partir da fala das minhas interlocutoras é possível observar que havia zonas de silêncio nessa relação com a família, no que tange a questões de gênero e sexualidade. Apesar de Virgínia e Laura terem “visibilizado” perante suas famílias, em uma ou em outra ocasião, que não correspondiam a modelos convencionais de feminilidade, de fato não se tocava explicitamente no assunto. Tudo se passa como se, no fundo, do ponto de vista de suas famílias de origem, as formas pelas quais minhas interlocutoras se construíram enquanto mulheres e enquanto casal fossem, literalmente, impensáveis e indizíveis. Pode-

ríamos, a respeito do tema do silêncio, evocar aqui uma afirmação de Patrícia Lessa (2003):

O silenciamento das vozes sociais não é o simples apagamento dos seus personagens, mas o silêncio marca uma exigência abjeta, indesejável, por isso quando se proibem outras palavras de circularem proibem-se juntas a elas outros sentidos. (LESSA, 2003, p. 5)

O silêncio sobre a sexualidade marca as trajetórias de minhas interlocutoras ao longo de sua juventude. Recordo-me de uma passagem da fala de Laura quando ela contou sobre o momento de *Coming-out* ou “saída do armário”, por vezes nomeado como o processo de assumir publicamente uma identidade homossexual. Laura revelou que foi por volta dos 22 anos de idade que essa conversa aconteceu com sua família. Seu pai já havia falecido. Relatou que as duas irmãs e o irmão não ficaram surpresos, pois devido sua aparência [masculina], isto já era de se esperar. Sua mãe ficou chateada durante um dia, mas depois passou. Contudo, ressalta esse momento como um ponto marco de sua vida, pois a partir do ato de *falar* ela “tornou público” aquilo que, em tese, todos já sabiam. A questão é que o fato de publicizar sua sexualidade e identidade de gênero naquele momento foi algo tratado com relativa naturalidade por sua mãe. Entretanto, quando decidiu, posteriormente, oficializar sua união com Virgínia, o ato de tornar público através da fala e do ritual de enlace matrimonial alterou a postura de sua mãe.

Só com 22 anos foi que minha família soube. Minha mãe, inicialmente, não teve uma boa reação, ficou brava, com raiva, disse que preferia ter uma filha ladra, do que homossexual, me chingou. Mas isso só durou um dia (risos). Depois ficou tudo bem. *Eu não vou dizer para você que ela [mãe] entende plenamente.* Ela sente vergonha da sociedade, ela só pensa no povo. O que o povo vai dizer, o que os outros vão falar. Tanto que quando a gente se casou, ela mandou o presente para gente, teve o carinho de comprar, mas ela não compareceu. E ela não compareceu não foi por causa da gente, foi por causa dos outros. Não quer dizer que ela não goste ou não aceite. Foi por vergonha dos outros. Tanto que ela falava: *acho que não é preciso vocês se casarem não, pra que se casar? Por que vocês não vão morar juntas como os outros fazem? [...]* Ela [mãe de Laura] diz: *se eu fosse desse tipo de gente como vocês, eu seria bem oculta, só entre quatro paredes.* (LAURA, 33 anos).

Ter (ou ser informada formalmente de que tinha) uma “filha homossexual” gera uma reação de “raiva” por parte da mãe de Laura, mas tudo se passa como se este fato fosse algo menos ‘grave’ que o fato de ter uma filha *casada com outra mulher*. O casamento é um evento público. Essa visibilidade é apreciada no universo de valores cultivados por minhas interlocutoras, mas considerada “vergonhosa” pela mãe de Laura.

“As mesmas pessoas que aparentam ser muito ‘tolerantes’ com homossexuais na esfera privada, podem se incomodar bastante quando estes ‘aparecem’ socialmente”, como bem sugere Oliveira (2011:62). Amorim (2015) complexifica essa ideia apresentada por Oliveira (2011), mostrando que atitudes de ‘tolerância’ e ‘intolerância’ ante a homossexualidade podem mudar ao longo do tempo: a descoberta da homossexualidade feminina gera um descontentamento inicial no seio da família, mas este pode ser atenuado posteriormente pela conjugalidade e possível filiação.

No caso da mãe de Laura, o casamento da filha parece ser mais perturbador que a própria homossexualidade. Ainda assim, na fala de Laura, a reticência de sua mãe a esta união não se deve a uma ‘condenação’ ou ausência de aceitação: a mãe não é responsável pela vergonha que sente; esta provém da sujeição de sua mãe a uma autoridade moral coletiva: “a sociedade”, o “povo”, “os outros”. Nesta empreitada da pesquisa aprendi a deixar de lado a palavra “objeto de estudo”, pois “não se entende a família como um objeto, por isso se estuda o conjunto dinâmico de práticas e regras de funcionamento que a constituem” (HERNANDEZ, 2013:17). É importante ter em mente que uma etnografia não é um retrato do mundo como ele ‘é’ e sempre será, mas uma fotografia borrada de um momento vivido por pessoas em velozes movimentações. Não é possível prever onde elas vão chegar. Mas espero ter mostrado onde elas (minhas interlocutoras) *querem* chegar.

## Notas

1. GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Artigo apresentado à XXVII Reunião Anual da ANPOCS, realizada em Caxambu, de 21 a 25 de outubro de 2003 – faz parte da pesquisa sobre “Famílias Gay e Lésbicas: Gênero e Parentesco no Brasil Contemporâneo”.
2. Ano em que a pesquisa de campo foi realizada.
3. Vide coletânea *Homossexualidade e cultura: CONJUGALIDADES, PARENTALIDADES E IDENTIDADES LÉSBICAS, GAYS E TRAVESTIS*. (2007).
4. Para consulta como sugestão, ver: PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito (2009) e SIMÕES, Júlio Assis. A Sexualidade como questão social e política (2009).
5. O evento denominava-se Pré-Akuenda (organizado pelo movimento do Akuenda a diversidade) e ocorreu no auditório do georpak - local que serve para palestras e eventos acadêmicos da Universidade Regional do Cariri-URCA, em Crato-CE.
6. Este seminário aconteceu no dia 20 de maio de 2015, na Escola de Ensino Profissionalizante Violeta Arraes Alencar Gervaiseau, localizada na Avenida Teodorico Teles, S/N, bairro São Miguel – Crato-CE. O evento foi realizado pela Prefeitura Municipal da cidade em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança, Projeto Mulheres da Paz e o Conselho Municipal da

Mulher Cratense.

7. Uso a palavra *nossa* para enfatizar que o texto para apresentação deste artigo foi sendo construído coletivamente, com a colaboração de minhas interlocutoras, tanto no processo de coleta de dados como nas sugestões que elas me deram para ajudar a pensar melhor suas histórias de vida e histórias de família. Aqui, inspiro-me na proposta de questionamento da autoridade etnográfica desenvolvida por Clifford (1998, p. 45-47), quando este defende o recurso a estilos dialógicos e polifônicos de etnografia, nos quais o outro não é um ‘informante’ cujas falas são registradas mecanicamente, mas um interlocutor ativo, com a colaboração do qual o antropólogo constrói o texto etnográfico. CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica” in *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

8. Para maiores informações ver: MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

9. Termo cunhado por uma associação situada em Paris chamada APGL (Association des Parents et Futurs Parents Gays e Lesbiens), no ano de 1997, referente a uma configuração familiar na qual o pai ou a mãe define-se como homossexual.

10. Todos os nomes próprios usados na versão da monografia foram os nomes verdadeiros, pois existiam questões políticas locais de lutas por reconhecimento, da parte delas que não viam problema na divulgação dos dados originais. Contudo, para esse artigo preferi modificar os nomes, devido terem passado dois anos, desde a realização do trabalho de campo, e como os vínculos mudam, o contexto político, social eu não posso mais garantir que as interlocutoras do ano de 2015, permaneçam as mesmas dessa versão editada e em outro formato, agora em 2018. Desse modo, por questões éticas, decidi priorizar o que se convencionou fazer na pesquisa em antropologia, conforme recomendações de (FONSECA, 2011) no seu texto sobre embaralhamento de dados.

11. Na época do campo realizado.

12. Os atributos físicos das sujeitas informantes nesta pesquisa são descritos neste trabalho para uma melhor visualização de quem são as colaboradoras neste campo. Sem, com isto, caracterizar qualquer forma de escolha pré-definida como cor de pele, idade ou outra característica qualquer.

13. Ver alguns (três) quadros pintados por Céline no anexo.

14. Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba localizada na cidade de Crato-CE.

15. Utilizo a noção de “alegoria”, remetendo à sugestão de Clifford (1998, pp. 63-99) de que etnografias – longe de serem descrições de fatos ‘puros’ e conteúdos objetivos – são textos que comunicam mensagens posicionadas/ morais por meio de sua própria estrutura narrativa e das metáforas nelas empregadas. O *alegórico* não é a ficção oposta à ‘realidade’; parte-se do suposto de que toda e qualquer realidade só existe do modo que é inventada/ imaginada, e que estas ficções, produzidas na disputa entre vários atores/ autores têm sentidos e efeitos políticos.

16. Cidade que fica localizada na região centro sul do estado do Ceará, a 349 km de distância de Fortaleza, capital do estado.

17. Posteriormente, interpretando diários de campo e depoimentos concedidos por elas, fiquei me questionando se o fato de serem ambas espíritas e acreditarem terem sido designadas uma para outra em vidas passadas não poderia ter favorecido a união do casal. Ou seja, se em alguma medida a religião não seria

um fator que impacta a conjugalidade, neste caso.

18. Para consulta bibliográfica ver: HERNÁNDEZ (2013), AMORIM (2013), GARCIA; WOLF; OLIVEIRA, (2007), HERRERA (2007) & LIBSON (2007).

19. Para consulta bibliográfica ver: HERNÁNDEZ (2013), AMORIM (2013), GARCIA; WOLF; OLIVEIRA, (2007), HERRERA (2007) & LIBSON (2007).

## Referências

ALMEIDA, Heloísa Buarque. “Família e relações de parentesco: contribuições antropológicas”. In: CARVALHO, José Sérgio. *Direitos Humanos e Educação para a Democracia*. Petrópolis: vozes, 2004.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. “Nós já somos uma família! Só faltam os filhos”: uma pesquisa sobre famílias lesboparentais. Artigo publicado no IV Seminário Enlaçando Sexualidades (2015). ISSN 2238-9008.

BECKER, Howard S. “Falando da Sociedade”. In: *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Zahar, 2009. P. 15-26.

BERG, Mette Louise. O desafio de encontrar e definir o “terreno”: reflexões em torno a uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid. In: SARRÓ, Ramon; LIMA, Antónia Pedroso. *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre a produção etnográfica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. P. 35-51.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *Usos e abusos da história oral*, v. 4, p. 183-191, 1996.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COELHO, Maria Cláudia. A Compreensão do Outro: ética, o lugar do “nativo” e a desnaturalização da experiência. *Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. “FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO: OS ATELIÊS BIOGRÁFICOS DE PROJETO Educação e Pesquisa, maio-agosto, año/vol. 32, número 002 Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.” *Educação e Pesquisa* 32.2 (2006): 359-371.

FONSECA, Cláudia. “Olhares antropológicos sobre a família contemporânea” in ALTHOFF, Coleta Rinaldi; ELSEN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane Gonçalves (orgs). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa livro, 2004.

\_\_\_\_\_. “Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica”. *Saúde e sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

\_\_\_\_\_. “Mãe é uma só?”: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, 1977.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; WOLF, André Guimarães; OLIVEIRA, Eliane Vieira. “NÃO PODEMOS FALHAR”: A BUSCA PELA NORMALIDADE EM FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Editora Garamond, 2007. P. 277-299.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 85-107.

\_\_\_\_\_. “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”. In: Geertz, Clifford. *Obras e Vidas-Antropólogo como autor*. 3ª edição. Editora UFRJ. (2009). P. 11-40.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 21, n. 24, p. 261-280, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. “Em nome do amor”. In: *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Editora Garamond, 2004. P. 107-133.

HÉRITIER, Françoise. Família. *Enciclopédia Einaudi*, v. 20, p. 81-94, 1989.

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. *Em tempo de histórias*, n. 07, 2003.

MARCUS, George. *Etnografia en/ del sistema mundo*. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 2012. P. 185-210.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Zahar, 2009.

OLIVEIRA, Leandro de. “Fazendo Etnografia: Trabalho de Campo e Trabalho de Escrita” in CORDEIRO, Domingos Sávio (Org.). *O Trabalho do Pesquisador: introdução aos procedimentos de pesquisa em sociologia*. 1 ed. Fortaleza: Gráfica e Editora Iris, 2013, v.2, p. 71-92.

OLIVEIRA, Leandro de. “Diversidade Sexual, Gênero e Família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade” in: PASSAMANI, Guilherme R. (Org.). *(CONTRA) PONTOS: Ensaio de gênero, sexualidade e diversidade sexual*. Campo Grande: ed. UFMS, 2011. P. 53-65.

ORTNER, Sherry B. PODER E PROJETOS. *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*, p. 45, 2007.

PINA CABRAL, João; LIMA, Antônia Pedrosa de. 2005. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Revista Etnográfica*, vol. IX (2), 2005, pp. 355-388

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Introdução - Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In. VON SIMSON, Olga (org.) *Experimentos com histórias de vida: Itália/Brasil*. Enciclopédia aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988.

STRATHERN, Marilyn; SANTARRITA, MARCOS; HEILBORN, MARIA LUIZA. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos feministas*, p. 303-329, 1995.



## **Family, conjugality and (homo) parenting between women: a case study in Cariri Cearense**

### **Abstract**

This article is part of the research which was carried out for the monograph of completion of the course in Social Sciences. Thus, this work focuses on the negotiations established and managed from the union between a couple of women in the region of Cariri, Ceará. These women narrate their advances, (dis) encounters, conflicts, dreams and projects against possible constructions of the semantic and political category “family”. The study was based on ethnography and life histories, the latter conceived as a generic denomination which gathers a variability of approaches that investigate the construction of cultural meanings and social processes, based on personal statements about individual trajectories. At the same time, this work reflects on the socially situated place from which it was built the ethnographic approach that guides it. This text aims to reflect on ways of family formation that escape the heterosexual norm, contributing, from the analysis of a particular case, to the scientific production that already exists in the area of anthropological studies on gender.

**Keywords:** Ethnography; Family; Life history.

## **Familia, conyugalidad y (homo) parenting entre mujeres: un caso de estudio en Cariri Cearense**

### **Resumen**

Este artículo se centra en las negociaciones establecidas y administradas a partir de la unión entre dos mujeres en el Cariri Cearense. Estas mujeres narran sus embestidas, (des) encuentros, conflictos, sueños y proyectos frente a posibles construcciones de la categoría semántica y política “Familia”. Para entender cómo se articulan nociones de: familia, conyugalidad y (homo) parentalidad el trabajo presenta acontecimientos anteriores al proceso de unión familiar aquí narrado. El estudio se basó en etnografía e historias de vida, esta última, concebida como una denominación genérica congrega una variabilidad de enfoques que investigan la construcción de sentidos culturales y procesos sociales, con base en testimonios personales sobre trayectorias individuales. Paralelamente, el trabajo refleja sobre el lugar socialmente situado a partir del cual se construyó el enfoque etnográfico que lo orienta. Trae contribuciones a partir del análisis de un caso particular, para la producción científica que ya existe en el área de los estudios antropológicos sobre familia, sexualidad y parentalidad.

**Palabras claves:** Etnografía; Familia; Historia de vida.

Recebido em 27 de fevereiro de 2018.

Aceito em 15 de maio de 2018.